

O SUBDESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA

Aluna: Dejanane Lima da Silva

Orientador: Prof. Dr. Nilson Araújo de Souza

RESUMO

O presente artigo é sobre o subdesenvolvimento da América Latina na concepção de três autores distintos: W.W. Rostow, Celso Furtado e Ruy Mauro Marini. Sintetiza a posição que estes autores formulam em relação ao desenvolvimento/subdesenvolvimento. São expostas as principais características do desenvolvimento e suas etapas, bem como a forma como este processo se sucedeu na Inglaterra e principalmente como se expandia para o mundo todo. O trabalho visa analisar o subdesenvolvimento nas estruturas latino-americanas, ou seja, o que levou ao subdesenvolvimento nos países latino-americanos e a heterogeneidade estrutural e principalmente a superexploração da força de trabalho que se configurou na região; a posição que assumiu a América Latina na Divisão Internacional do Trabalho fez com que o desenvolvimento tanto esperado pelos países subdesenvolvidos jamais tenha sido alcançado devido ao intercâmbio desigual com os países desenvolvidos.

Palavras-chaves: subdesenvolvimento, desenvolvimento, superexploração, Divisão Internacional do Trabalho.

ABSTRACT

This article presents underdevelopment in Latin America, in the idea of three distinct authors, W.W. Rostow, Celso Furtado and Ruy Mauro Marini and the position that these authors take regarding development / underdevelopment. They set out the main features and stages of development and how this process happened in England and primarily how it expanded worldwide. This paper aims to analyze underdevelopment in Latin American structures, i.e., which led to underdevelopment in Latin American countries and the structural heterogeneity and mainly labor overexploitation in the region. As a result of the position taken by Latin America in the International Labor Division, the development expected by the developing countries has never been achieved due to unequal terms of trade with the developed countries.

Keywords: Underdevelopment. Development. Overexploitation. International Labor Division.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo estudar o subdesenvolvimento na América Latina na concepção de três autores: W. W. Rostow, Celso Furtado e Ruy Mauro Marini. A partir desses autores, procura-se mais concretamente examinar como foi entendido o processo de desenvolvimento/subdesenvolvimento que ocorreu nos países latino-americanos. Busca-se então, neste trabalho, expor a visão dos autores com foco em suas teorias de desenvolvimento, com um olhar para a América Latina, destacando se há divergência ou concordância entre eles acerca do que foi denominado subdesenvolvimento e se ainda podemos considerar estas teorias para analisar a situação dos países subdesenvolvidos.

O trabalho está organizado em três capítulos. No capítulo 1, será abordada a teoria do desenvolvimento de W. W. Rostow, em que o autor, com sua obra *Etapas do desenvolvimento econômico*, visa mostrar como foi este processo na Europa, especialmente na Grã-Bretanha. Procuramos abordar como esse autor concebe o rompimento com a sociedade tradicional, limitando-nos até a 3ª etapa para o desenvolvimento: o Arranco.

No capítulo 2, optamos por abordar a teoria cepalina de Celso Furtado com base em sua obra “Desenvolvimento e subdesenvolvimento”; com breve início sobre o desenvolvimento europeu, logo após trata das origens do subdesenvolvimento na América Latina. Abordando o assunto como processo histórico do desenvolvimento e não como uma etapa anterior ao desenvolvimento, o autor trata das estruturas heterogêneas, bem como da economia híbrida, produto da coexistência de uma economia arcaica com uma economia capitalista.

E, por fim, no capítulo 3 trabalhamos com a teoria da dependência de Ruy Mauro Marini, com base em seu livro “Dialética da dependência”. Começamos com o processo de inserção da América Latina na economia mundial e seus efeitos para os países latino-americanos, desde as trocas desiguais, passando pela superexploração do trabalho, e mais tarde as consequências da industrialização. A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica dos três autores, fazendo uma análise dos principais assuntos que os autores tratam em cada obra e ao fim tentar expor as principais características de cada autor e uma breve comparação sobre o que seria desenvolvimento para os autores.

1 FASES DO DESENVOLVIMENTO

Na formulação da teoria do desenvolvimento, Rostow realiza uma análise de alguns países específicos, propugnando que o modelo por ele estudado seria o adequado para as próximas economias emergentes ascender ao status de sociedades modernas. Rostow apresenta os ciclos imprescindíveis para o desenvolvimento de todos e quaisquer países que desejam romper com os laços de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna; as etapas desse processo são divididas em cinco, sendo elas sucessivamente: a sociedade tradicional; as condições para o arranco; o arranco; a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa.

1.1 Primeira Fase - Sociedade tradicional

O conceito de sociedade tradicional está relacionado com o contexto histórico dos povos – tradicional não quer dizer que não houvesse um aumento na produção agrícola ou de leve manufatura - o que implica nesta sociedade seria as dificuldades pelos indivíduos de se fixar e fazer com que esse aumento fosse proporcional ao crescimento da população. Além de que as guerras e pragas representavam um declínio ou aumento desta população, todavia os motivos que levaram a sociedade tradicional a oscilar para mais ou menos tem raízes na má governança central e principalmente a descrença na ciência. A produtividade desta sociedade era limitada e por isso a agricultura representava o principal setor de produção, que por sua vez era administrado por um governo regional que controlava as terras, gerando uma hierarquia que não possibilitava aos indivíduos uma perspectiva de desenvolver baseados na fatalidade de que tudo sempre seria igual. De acordo com a afirmação de Rostow a sociedade tradicional é marcada por um divisor de águas na história:

Sociedade tradicional nós englobamos todo o mundo pré-newtoniano; as dinastias da China; a civilização do Oriente Médio e do Mediterrâneo; o mundo da Europa medieval. E ainda adicionamos as sociedades pós-newtonianas que, por certo tempo, permaneceram intactas ou indiferentes à nova capacidade do homem para manipular regularmente o meio ambiente tendo em vista seu proveito econômico (ROSTOW, 1971, p.18).

Com esta afirmação, Rostow descarta qualquer rompimento de uma sociedade tradicional para uma moderna antes de Isaac Newton, além de acentuar que mesmo após as descobertas por Newton muitas sociedades permaneceram inalteradas por vontade própria ou alheias às condições para o arranco.

1.2 Segunda Fase – Precondições para o Arranco

As precondições para o arranco estão embasadas dentro da sociedade tradicional, segunda a qual fornece a estrutura e vontade para alavancar o processo de desenvolvimento. A sociedade tradicional poderia até certo ponto por tempo limitado se dilatar, contudo não alcançaria o número per capita inerente à sua produção, devido à ausência de ciência e tecnologia que ainda não estavam disponíveis.

As precondições para o arranco, ou a segunda etapa do desenvolvimento, abarcam um processo de transição de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna. Esta etapa inicialmente deu-se de maneira bem definida na Europa ocidental no fim século XVII e início do século XVIII. Esta transição pode ser dividida em dois processos históricos distintos, o primeiro vem a ser o caso geral, nas palavras de Rostow, “Ele se adapta não só à evolução da maior parte da Europa, mas também da Ásia, do Oriente Médio e da África.” (ROSTOW, 1971, p.30). caso que exigiu grandes e profundas transformações e modificações na sociedade tradicional, que por sua vez afetaram o sistema político, econômico, de produção e social. O segundo segue o caso de alguns países que “nasceram livres” conforme a frase empregada por Louis Hartz em *The Liberal Tradition in America* (Nova York, 1955). Livres porque estas sociedades foram concebidas conforme o modelo da Grã-Bretanha – que foi a primeira a iniciar o processo de transição – outra foram formadas por grupos sociais inconformados e pelo fato da abundância em recursos naturais e terras. O que ocorreu de fato é que estas sociedades - Estados Unidos da América, a Austrália, a Nova Zelândia e o Canadá - eram transplantadas pela Grã-Bretanha e nunca de fato chegaram a ser uma sociedade tradicional propriamente dita. Com exceção do sul dos Estados Unidos e a província do Quebec no Canadá.

A origem desta transição tem raízes no que possamos chamar de inconformidade com a situação de sobrevivência do homem, ou seja, a busca por melhores índices de natalidade e diminuição da mortalidade, uma renda acima dos níveis de consumo, redução da mão-de-obra rural com expectativas para uma mão-de-obra não especializada voltada para o comércio, indústria e serviços. Além do avanço para um sistema financeiro galgando um aumento das relações comerciais internacionais. Sobre um aspecto geral todas estas atividades devem estar voltadas

também para a aceitação dos indivíduos, ou seja, devem estar preparados para estas mudanças, principalmente no que concerne ao cerceamento de suas vidas. A aplicação necessária do seu dinheiro nos investimentos da indústria e comércio internacional para fortalecer as precondições ao desenvolvimento da sociedade. Conforme Rostow existe mudanças não econômicas na sociedade tradicional que preconiza a transição de acordo com a citação.

Todos concordarão que em que uma nova elite – uma nova liderança – deve aparecer e que a ela deve ser dada liberdade para começar a construir uma sociedade industrial moderna, e, embora a ética protestante não represente absolutamente o único conjunto de valores adequado à modernização, é indispensável que os membros de tal elite encare a modernização como tarefa possível atendendo a determinado fim que ela julgue ser eticamente bom ou de qualquer outra forma vantajoso (ROSTOW, 1971, p.41).

Este aspecto de transição nos leva a entender o quanto foi necessário romper-se como domínio dos grandes donos de terras e propriedades para se formar uma nova sociedade em que o consumo e trabalho estivessem ao alcance de todos, que assim julgassem fundamental para o desenvolvimento sistemático.

1.3 Terceira Fase - O Arranco

Passemos a analisar agora a terceira etapa deste processo, o arranco propriamente dito. Digamos que este compreende a metade do processo de desenvolvimento sistêmico, e nesta etapa que se estabelece as atividades modernas que antes eram fontes de resistências por parte da sociedade tradicional. Neste processo observa-se um aumento dos juros compostos, a taxa real de poupança e investimento aumenta, difundem-se novas técnicas agrícolas ou industriais. O primeiro arranco teve início na Grã-Bretanha; enquanto no fim do século XVIII a maior parte da Europa estava envolvida com um dos processos de precondições, a Grã-Bretanha estava preenchida de condições necessárias para o arranco, fato que se deve ao descobrimento e redescobrimto de regiões para além da Europa e principalmente pela Grã-Bretanha ter resolvida suas questões de religião e sociais basicamente um século antes dos demais. A transformação que ocorreu nesta época possibilitou condições mais que adequadas para o arranco, além do fato da Grã-Bretanha estar numa ilha que atenuou menores problemas de fronteiras e permitiu expansão marítima para alcançar mercados mais distantes.

O arranco é definido por três características inter-relacionadas. A primeira é: (a) o aumento da taxa de investimento produtivo de 5% ou menos para mais de 10% da renda nacional; (b) o desenvolvimento de um ou mais setores manufatureiros básicos – que compreende o beneficiamento de produtos agrícolas ou de matérias-primas por métodos modernos; (c) a existência ou a rápida eclosão de um arcabouço político, social e institucional que venha a desempenhar um papel fundamental na expansão dos setores modernos recém-criados e mantenha esta expansão num ciclo constante. Isso nos leva a entender que para a terceira condição o país por si só fornecerá os investimentos necessários para se alavancar do arranco para a próxima etapa do desenvolvimento sistêmico – Grã-Bretanha e Japão são exemplos deste meio: descreve Rostow, “A terceira condição subteme uma capacidade considerável de mobilizar capital oriundo de fontes internas” (ROSTOW, 1971, p.56). Todavia nem todas as sociedades foram capazes do auto investimento, como por exemplo: Estados Unidos, Rússia e Canadá, que importaram capitais para o arranco.

Estes investimentos na estrutura interna do arranco podem ser considerados não apenas em alguns setores fabris, mas nos setores que proporcionam um crescimento rápido que possibilita impulsos de uma transição de produção de bens primários a secundários de desenvolvimento à economia. Não há na análise de Rostow um modelo exclusivo de como este processo ocorre, eles podem ser generalizados e automáticos por diversas vias técnicas e econômicas sobre a responsabilidade e direção de processos políticos, sociais, culturais ou um conjunto de todas as atividades humanas. Estes investimentos podem vir de deslocamento de fluxos de renda, que significa importação de capitais ou a distribuição desta renda e também do reinvestimento dos lucros em setores de crescimento rápido.

O arranco possui três setores fundamentais para a alavancagem, o setor de desenvolvimento primário (possibilitam a inovação e estende-se em outras áreas da economia), o setor de desenvolvimento suplementar (aqueles que irão prover técnicas necessárias para outros setores) e o setor de desenvolvimento derivado (aquele que se dá conforme o aumento real de renda, população, produção industrial ou outra variável global). Não existe uma sequência de setores de arranco, o que pode afirmar é que vão deste o beneficiamento do algodão, passando as estradas férreas, produtos de ampliação militar, até o beneficiamento de madeira, polpas, laticínios e por último uma ampla gama de bens de consumo.

Existem algumas condições básicas que devem conter este processo como, por exemplo, o aumento da procura real do produto ou produtos dos setores que oferecem base para um rápido índice de aumento do volume da produção; sem a devida demanda o setor seria findado, rompendo com o processo; deve haver uma introdução nesses setores de novas produções, como uma ampliação da sua capacidade. A sociedade deve ser capaz de produzir o capital inicialmente imprescindível para servir de estopim do arranco nestes setores e por fim os setores devem expandir-se tecnicamente de uma forma que induzam o aumento de capacidade e potencialidade para novas funções de produção para outros setores. O arranco não é definido apenas por todas estas mudanças acima citadas, mas também pelo rápido crescimento de um ou mais setores industriais, como também assiste a evolução social, política e cultural por aqueles que desejam modernizar a economia sobre os que pretendem manter a sociedade tradicional.

2 O SUBDESENVOLVIMENTO NA CONCEPÇÃO DE CELSO FURTADO

O conceito de subdesenvolvimento na teoria do desenvolvimento econômico formulada na Europa e nos EUA está relacionado como uma das etapas para o desenvolvimento. Visão bem definida por Rostow no capítulo anterior que descrevia ser necessário superar esta fase para alcançar o desenvolvimento propriamente dito. Celso Furtado numa análise histórica descreve que o subdesenvolvimento não é uma etapa do desenvolvimento, a qual os países subdesenvolvidos tenham que superar, e ao mesmo tempo descreve o processo de crescimento que passaram os países desenvolvidos e que nada tem a ver com a situação perdurante que passam os países subdesenvolvidos.

2.1 Um olhar sobre o desenvolvimento europeu

O processo de desenvolvimento que seguiu os países europeus, especialmente a Grã-Bretanha, nada tem em comparação ao processo de desenvolvimento na América Latina. Primeiramente o desenvolvimento na Europa seguiu-se de um processo contínuo e persistente e principalmente histórico em que as variáveis de crescimento econômicas não eram assim tratadas por teóricos no período vigente. Há que se considerar as variáveis exógenas entre outros elementos autônomos ao processo, sendo assim diga-se que o desenvolvimento – aquele observado na revolução industrial – é um fenômeno autônomo, em que as condições então postas possibilitaram crescimento e evolução de técnicas produtivas antes praticamente artesanais. Inicialmente tendo o núcleo industrial se instalado, a economia mundial sofreu algumas transformações em dois pontos centrais conforme descreve Furtado.

Em sua essência, essas transformações se concentraram em dois pontos. O primeiro diz respeito aos fatores causais-genéticos do crescimento, os quais passam a ser endógenos ao sistema. O segundo é um aspecto particular do primeiro e se refere ao imperativo do avanço tecnológico, que se traduziu em íntima articulação do processo de formação de capital com o avanço da ciência experimental. (Furtado, 2009, p.148-149)

Este processo teve início com a queda dos preços das indústrias têxteis, ou seja, houve um incremento tecnológico neste setor que elevou um aumento da produção, que por sua vez crescia mais rapidamente que o consumo e neste sentido conforme descreve Furtado: “[...] o dinamismo da revolução industrial, em sua primeira etapa, atuava pelo lado da oferta, concentrando assim a atenção dos empresários na grande tarefa de, por todos os meios, reduzir os custos.” (Furtado, 2009, p.150) nesta

fase crescia o número de operários em contrapartida aos artesãos não conseguiam se organizar. Com maior oferta de mão de obra e trabalhos assalariados este momento consistia no desgaste das velhas estruturas econômicas, em que o empresário começava a se preocupar com os custos de produção. Sendo assim os fatores dinâmicos começaram a operar do lado da oferta e procura o que se traduziram em maior lucratividade e maior procura no setor de bens de capital pelos empresários interessados a investir.

Com a oferta elástica de mão de obra nos centros urbanos, os salários tendem a baixar, levando a uma captação menor, quando não substituídos pelos produtos artesanais. Neste sentido houve uma queda no consumo de bens de capitais, que por sua vez vinha captando a mão de obra do setor de bens de consumo. Sendo assim, neste último, a procura era maior que a oferta, e como os operários compravam apenas o necessário para sobreviver. O setor de bens de capital estava em declínio, problema que poderia ter sido resolvido se houvesse um aumento nos salários dos trabalhadores. Mas a economia Inglesa especificamente logrou não perder todo investimento e se lançou numa investida internacional, abrindo o comércio inglês para abrir mercados para os bens de capital, o que caracterizou esta fase do desenvolvimento industrial.

A segunda fase do desenvolvimento das economias industriais caracterizava-se pela inelasticidade da oferta de mão de obra, ou seja, quando a oferta de mão de obra se torna pouco elástica. Isto ocorria por que uma oferta maior de mão de obra no setor de bens de capital levaria a uma pressão em melhores salários, que por sua vez se traduzia em baixa nos lucros. Este problema foi solucionado com o avanço tecnológico, que por sua vez procurava aperfeiçoar as indústrias de bens de capital conforme cita Furtado:

O forte avanço relativo da tecnologia nas indústrias de bens de capital permitiu conciliar a forma de distribuição da renda, que cristalizara no período de absorção da economia pré-capitalista, e uma forte participação das indústrias de bens de capital no produto total, com uma oferta de mão de obra relativamente pouco elástica. (Furtado, 2009, p.150)

Quando a oferta de mão de obra no setor de bens e consumo diminuiu, os empresários perceberam que deveria ser redirecionada do setor de bens de capital para aquele. No entanto as inversões no setor de bens de capital possibilitou a redução da mão de obra, que era substituída por maquinários que por sua vez foram

transferidos para o setor de bens de consumo, como no setor agrícola que compunha a maior da mão de obra. Contudo este fator não permitia em si diminuir a procura por mão de obra. Sendo assim fica evidente a íntima relação entre a tecnologia e o processo histórico de desenvolvimento dos países industriais.

Este seria o mecanismo necessário a que todas as economias primitivas ou sociedades tradicionais deveriam passar, no entanto o esquema aqui posto, não leva em consideração as estruturas e modo de vida das sociedades subdesenvolvidas. Na verdade o subdesenvolvimento surgiu a partir da implantação destes tipos de intercâmbios relativamente superiores as estruturas locais, frágeis e delicadas. Levando a uma economia baseada em dois modelos, que, por conseguinte instalou se o novo modelo de crescimento econômico, chamado Subdesenvolvimento. Daremos a partir deste momento início a análise deste fenômeno – subdesenvolvimento - como produto do desenvolvimento dos países hoje industrializados, bem como parte histórica deste processo, ou seja, o que foi necessário ser feito pelos países em desenvolvimento para manter seu status e crescimento econômico.

2.2 As Raízes do Subdesenvolvimento

O que de fato é o subdesenvolvimento? O subdesenvolvimento nada mais é que a exploração de mão de obra barata e recursos em abundância de uma sociedade relativamente inferior com relação às técnicas de produção de um país desenvolvido, que busca numa corrida no comércio internacional, fortificar seu sistema monetário e investimento no seu progresso tecnológico, ou seja, é justamente expandir suas empresas para outras fronteiras que nunca tiveram o contato com a técnica apresentada, e nunca souberam o que significa salário e valorização do trabalho. Desta forma ganhavam sobre os custos de produção que levaria ao aumento da renda real. Tudo graças às condições que tais sociedades tradicionais possibilitavam a estas empresas. Numa conceituação mais elaborada segue a de Celso Furtado que diz que: “O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento.” (Furtado, 2009, p.161).

Agora que já sabemos o que é subdesenvolvimento de acordo com Furtado, podemos dar início às raízes deste subdesenvolvimento. As raízes do subdesenvolvimento tem origem na matriz história do desenvolvimento, bem como do processo de formação do capitalismo europeu, ou seja, o subdesenvolvimento é produto do desenvolvimento. As estruturas necessárias para a alavancada de um processo que exigiu certas mudanças na frente de produção foram direcionadas pela ruptura que houve na época em que o advento da revolução industrial transformou a economia subsequente de todo o mundo. Com isso foi necessário romper primeiramente com a economia pré-capitalista e depois na segunda fase de desenvolvimento desta economia industrial houve um deslocamento para além de suas fronteiras, onde eram escolhidas terras com mesmas características da Europa. Conforme cita Furtado: “as economias australianas, canadense ou estadunidense nessa fase eram simples prolongamentos da economia industrial europeia.” (Furtado, 2009, p. 161).

Mas ao que cita Celso Furtado o subdesenvolvimento veio com a terceira fase deste desenvolvimento industrial europeu, em que se caracterizava pela expansão para além das fronteiras europeias, com a finalidade de fortalecer o centro industrial diversificando o mercado e principalmente a busca pelo menor custo do produto que se produzia na Europa, especialmente a Grã-Bretanha. O esquema era angariar novos mercados, mas sem proporcionar situação de desenvolvimento tal qual foi estabelecida nos países citados no parágrafo anterior, pois estes carregavam com si certa identidade europeia, ou seja, não se tinha a vontade que estas novas áreas funcionassem como uma parte da Europa e sim um refém de seus produtos manufaturados.

Este processo deu-se da seguinte maneira, quando os europeus que assim entravam em contato com estes territórios já ocupados e tendo uma economia pré-capitalista, levaram consigo as manufaturas e perceberam que tais regiões tinham possibilidade para desempenhar certo papel para o processo de desenvolvimento. Estas economias pré-capitalistas funcionavam como fomentadoras de recursos naturais e alimentos, ou seja, seguia-se aqui uma divisão internacional do trabalho, que consiste na divisão de produção mundial. Os países subdesenvolvidos especializaram-se na exportação de matérias primas e produtos agrícolas e tinham grande potencial para consumo das manufaturas enquanto os países industriais se

fixavam no desenvolvimento destas matérias primas. Acontece que esta troca era relativamente injusta, visto que a economia capitalista em contato com a pré-capitalista não funcionava como substituição uma da outra ou um prolongamento, pelo contrário trabalham ambas juntas, formando uma economia híbrida que em alguns aspectos, levava a exploração das matérias-primas ao mesmo tempo em que da mão de obra, conforme observa Furtado.

O deslocamento da fronteira econômica europeia traduziu-se, quase sempre, na formação de economias híbridas em que um núcleo capitalista passava a coexistir, pacificamente, com uma estrutura arcaica. Na verdade, era raro vermos o chamado núcleo capitalista modificar as condições estruturais preexistentes, pois estava ligado à economia local apenas como elemento formador de uma massa de salários. (Furtado, 2009, p.164)

Pela fragilidade e falta de conhecimento destes territórios e podemos assim citar a Ásia, a África e América Latina que sofreram e ainda sofrem com os resultados desta inserção capitalista, instituíram-se certos acordos que apenas lograram a favorecer os países industrializados. O processo consistia em abrir uma filial da empresa capitalista nestes territórios e depois com a ajuda das autoridades locais, estas empresas tinham certos privilégios como, por exemplo, a dedução de impostos por longos anos, foi o que aconteceu no Brasil e em mais alguns países latinos americanos, com o objetivo de estas empresas garantirem a empregabilidade dos indivíduos em troca destes privilégios, além de fornecer o que era produzido para a população nacional.

Quando as regiões não dispunham de mão de obra suficiente, via-se, com efeito, a organização capitalista sobre a economia local assumindo um papel mais importante, podendo elevar os salários, contudo este problema era resolvido com transferência de mão de obra de regiões em péssimas condições de vida. O fato ao qual priorizamos nossa atenção é que, como descreve Furtado: “apesar dessa melhora de condições de vida, não se registrava uma modificação estrutural no sistema econômico, isto é, não se dava o passo fundamental exigido para a criação de uma economia tipicamente capitalista.” (Furtado, 2009, p. 165).

Daqui parte a ideia central do autor, pois a heterogeneidade estrutural é uma condição característica do subdesenvolvimento da América Latina. O caso mãos típico é a coexistência de empresas estrangeiras, que produzem mercadorias de exportação com uma grande faixa de economias de subsistência. Existia uma

dependência destes territórios pelas inversões e manufaturas europeias e também a necessidade de se manter um mercado disposto a comprar toda matéria prima que se gerava dentro destes territórios. Sempre houve a desvantagem entre a importação e exportação entre estes países subdesenvolvidos e os países então industrializados, como assinala Furtado, “constitui característica geral das economias subdesenvolvidas um grau elevado de dependência do processo de formação de capital com respeito ao intercâmbio externo.” (Furtado, 2009, p. 182).

A quantidade que estes territórios pouco diversificados tinham que exportam, para manter a qualidade e consumo de uma parte desta população, situação que se pendura até hoje quando falamos principalmente que apenas uma minoria detém a riqueza destes territórios em contrapartida de uma maioria que sofre com as imposições dos organismos externos para que se permaneça a mesma relação centro periferia. Esta situação começou quando estas empresas viam e se estabeleciam nestes territórios e tinham ligação direta com as autoridades locais, que por vez fornecia as instalações e suporte para seu estabelecimento. Sendo assim o valor da mão de obra era definido pela região, ou seja, os trabalhadores que exerciam a função nestes locais, não recebiam o mesmo salário que os trabalhadores em Londres e Paris.

O deslocamento da economia europeia para estes territórios traduziu-se em dependência, devido à convivência de economias híbridas, de fato este processo era distinto em algumas regiões, no Brasil, por exemplo, a massa de salários ligada ao setor internacional e a expansão cafeeira trouxe certa atividade monetária na economia, contudo isto constitui apenas uma parte da economia. Apesar de haver uma atividade monetária, este fator não fez com que os cafeicultores, que formavam a minoria na sociedade, fizessem inversões com suas exportações, o que dificulta o desenvolvimento de uma sociedade industrial. Caso estes lucros com a atividade cafeeira fossem revertidos para o desenvolvimento de indústrias de manufaturas, talvez fosse o elo necessário para desencadear vários setores industriais, buscando produzir seus próprios bens de consumo e de capital até então importados. Nas palavras de Furtado:

Nos primeiros estádios do subdesenvolvimento, tal dependência era acentuada com ênfase do lado da poupança e relativamente pouco do lado da inversão real, pelo menos nas economias que se expandiram através do

deslocamento de uma fronteira agrícola, como foi a do café no Brasil.(Furtado, 2009, p. 182).

Na análise de Celso Furtado o que leva esta dependência dos países subdesenvolvidos com os países centrais é justamente a balança de pagamentos. Toda vez que estes países fecham suas contas, sempre há um déficit muito grande, levando a uma dependência de capital externo e mantendo a mesma relação de privilégios para as grandes corporações instalar-se nestes países. Mas isto não constitui tudo que o subdesenvolvimento pode chegar, sua etapa superior é alcançada quando se diversifica os setores industriais, que por sua vez fica habilitado a produzir equipamentos para seu próprio desenvolvimento. Contudo isso não constituiu uma autonomia industrial, pelo contrário, seria este o entrave maior devido à produção ser por substituição de importação, o que leva a acreditar que o setor industrial que recebeu certa inversão não gera novo desenvolvimento inovador e criativo, está sustentado pela cópia dos países desenvolvidos.

Em linhas gerais podemos observar que o subdesenvolvimento, além de ser um processo histórico e autônomo, também é um produto do desenvolvimento industrial europeu. Em que se tinham economias capitalistas coexistindo pacificamente com economias subdesenvolvidas. Além deste momento específico podemos citar as outras formas como a diversificação de setores industriais, como no caso do Brasil, através da substituição da importação, não foram suficientes para livrar-se da condição de país subdesenvolvido, pois a crescente reinvenção tecnológica detida pelos países desenvolvidos não foram expandidas para todos os setores. O pleno uso do capital numa economia não fornece condições específicas para sair de uma estrutura subdesenvolvida, mesmo que toda mão de obra seja contemplada, o que vai caracterizar o subdesenvolvimento é a heterogeneidade estrutural entre os setores da economia nos países latino americanos.

3 DIALÉTICA DA DEPENDÊNCIA LATINO-AMERICANA

Ruy Mauro Marini começa sua obra “Dialética da Dependência” com uma introdução sobre os métodos de estudos marxistas no processo de dependência da

América Latina, em que alguns estudos marxistas incorrem em dois desvios: o primeiro substituindo o fato concreto pelo conceito abstrato e o segundo adulterando o conceito em nome de uma realidade rebelde para ser aceita em sua formulação pura. No primeiro caso, o fato empírico anda paralelamente com o discurso teórico sem fundir-se a ele e tem ocorrido principalmente no campo da história econômica. O segundo desvio tem sido comum no campo sociológico, numa dificuldade de adequar a uma realidade categorias que não foram desenhadas para ela. Ambos os desvios surgiram de um fato específico, frente ao modo de produção capitalista puro.

Devido às peculiaridades da economia latino-americana, apresentam-se como insuficientes e outras como deformações; os estudos sobre esta têm sido sobre uma noção de pré-capitalismo. O pré-capitalismo latino-americano nada tem em comum com o pré-capitalismo que surgiu nos países de economias avançadas, ou seja, jamais poderá se desenvolver da mesma forma, isso por causa da estrutura global e funcionamento que se deu. Só fará sentido se o contemplarmos nas formas reais que se apresentam tanto no nível nacional quanto internacional. Sendo assim os estudos sobre estas categorias marxistas devem ser aplicadas à realidade como instrumentos de análise e antecipações de seu desenvolvimento posterior. Estas análises devem ser ponderadas, mas não ao ponto de perder seu raciocínio marxista, ou seja, fazendo que se imponham elementos que não correspondem aos estudos marxistas.

3.1 A inserção da América Latina na economia mundial

A América Latina se desenvolve a partir do século 16, juntamente com a dinâmica do capitalismo internacional. Inseriu-se na economia mundial como fornecedora de metais preciosos e gêneros exóticos, ainda como colônia produtora, contribuindo para o aumento do fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamento, tanto para a criação da grande indústria bem como para o desenvolvimento do capital bancário na Europa. O que correspondia na Europa à revolução industrial, na América Latina correspondia à independência política conquistada nas primeiras décadas do século XIX. Esta independência levou os novos países a se relacionar diretamente com a metrópole emergente – Inglaterra – independentes uns dos outros, como descreve Marini:

Ignorando uns aos outros, os novos países se articularão diretamente com a metrópole inglesa e, em função dos requerimentos desta, começarão a produzir e a exportar bens primários, em troca de manufaturas de consumo e – quando a exportação supera as importações – de dívidas. (Marini, 1973) *

É neste momento que as relações da América Latina ficam mais definidas com os centros capitalistas europeus, pois é através da divisão internacional do trabalho que se configura a dependência para a economia latino-americana. Neste sentido, as relações são recriadas para assegurar a ampliação da dependência. Ampliadas no sentido de que como colônia era necessária exportar sua produção para a Europa continuar o seu desenvolvimento capitalista, sem se preocupar com os recursos naturais que proveriam alimentos e matérias primas para os indivíduos e indústrias, poderem alavancar suas produções.

A partir do momento em que estas colônias passam a ser países independentes, esta relação não muda, na verdade aprofunda-se mais a divisão internacional do trabalho. Nesta configuração observa-se a importância da América Latina para o desenvolvimento capitalista na Europa, pois foram as exportações agropecuárias e minerais latino-americanas que fomentaram recursos necessários para a Europa prosseguir com seu desenvolvimento industrial sem se preocupar com os operários que pudessem abandonar a indústria para cultivar a terra. Contudo, não somente a acumulação pelos países centrais que levaram a América Latina a ter um papel fundamental neste processo, como economia exportadora, mas também como assinala Marini. “A participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa.” (Marini, 1973) Em outras palavras, o que permitiu a América Latina cooperar com a esta mudança não foi necessariamente o aumento da capacidade produtiva e sim a maior exploração do trabalhador.

Apesar da inserção da América Latina na economia mundial, isso não significou que o capitalismo aqui praticado fosse igual ao dos países desenvolvidos, sendo assim o capitalismo que aqui se configurou conforme expressão utilizada por

* Devido à inexistência de livros sobre a Dialética da dependência, o texto foi encontrado na internet no site: <https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>. Por este motivo as citações não tem o número da página.

Marini, o capitalismo *sui generis*, ou seja, um capitalismo único e peculiar que deve ser tratado no seu conjunto, tanto nacional como internacional.

“A inserção da América Latina na economia capitalista responde às exigências da passagem para a produção de mais-valia relativa nos países industriais.” (Marini, 1973) Esta afirmação por parte do autor refere-se ao momento em que houve uma desvalorização real da força de trabalho assalariado nos países centrais, em que eleva a taxa de mais-valia relativa. A América Latina foi importante para assegurar a taxa de mais-valia nos países desenvolvidos, pois com as relações do comércio exterior entre os países latino-americanos e a Europa possibilitou uma maior segurança de que suas necessidades de meios de subsistência seriam atendidas a baixo preço. Desta forma puderam incrementar a produtividade do trabalho sem aumentar o valor da força de trabalho através da inserção do progresso técnico. Sendo assim, a Europa - garantida pela América Latina para fomentar alimentos - poderia voltar sua atenção para uma maior desvalorização da força de trabalho para elevar sua taxa de mais-valia relativa, ou seja, percebe-se que América Latina foi um elemento importante para a incorporação ao mercado mundial de bens salários, que levou a um aumento da mais-valia relativa pelos países industriais.

3.2 Transferências de valor

Passamos agora a analisar a troca desigual entre a Europa e os países latino-americanos conforme uma citação de Marini.

É mediante o aumento de uma massa de produtos cada vez mais baratos no mercado internacional, que a América Latina não só alimenta a expansão quantitativa da produção capitalista nos países industriais, mas também contribui para que sejam superados os obstáculos que o caráter contraditório da acumulação de capital cria para essa expansão. (Marini, 1973).

A afirmação do autor refere-se ao fato de que tanto no capital variável quanto no capital constante há a necessidade de se baixar o valor para que se eleve a taxa da mais-valia, ou seja, se abaixarmos o preço do capital variável sem reduzir o preço do capital constante não teremos um incremento da taxa de lucro, ao contrário teremos uma queda nesta taxa. Por isso a vantagem de se pressionar a queda de ambos os capitais. Com a desvalorização da mão de obra e o aumento da exportação de produtos não só alimentícios com também matérias primas que servem as indústrias, possibilita a uma desvalorização dos preços destes dois últimos.

Com o aumento da oferta mundial de alimentos e matérias primas, respectivamente tem ocorrido a queda dos preços destes produtos. E como as manufaturas estão com os preços sempre estáveis ou caindo lentamente, leva a uma deterioração dos termos de troca, que por sua vez reflete sobre os produtos primários. É certo afirmar que o valor real destes produtos não é perdido, exceto nos termos de troca. No entanto este fenômeno não desestimulou a incorporação da América Latina na economia internacional, ainda que do lado da oferta houvesse uma expansão acelerada, independentemente de que estas relações de troca estejam se deteriorando. Conforme explica Marini, “Não é porque foram cometidos abusos contra as nações não industriais que estas se tornaram economicamente débeis, é porque eram débeis que se abusou delas.” (Marini, 1973). Isso num período que o uso da pressão diplomática e militar surtia certo efeito sobre estas nações desfavorecidas, com o passar do tempo as “leis naturais” do capitalismo trataram de se atentar a estas questões sem a necessidade de uso da pressão militar. Tudo ocorreu à medida que o mercado mundial alcançava formas mais desenvolvidas e a exploração pode ser reproduzida nas relações econômicas que perduram e que por sua vez expandi a debilidade destas nações desfavorecidas pela troca desigual.

A lei de troca deve ser feita pela quantidade de trabalho socialmente que as mercadorias incorporam. Existem alguns mecanismos em que a lei da troca é burlada, em economias que fazem intercâmbio de mercadorias do mesmo segmento e a segunda em que a troca é feita pelo o valor da mercadoria, comum em segmentos diferentes como a troca de manufaturas e matérias primas. Neste último caso, podemos observar o caráter transgressor das relações e na primeira são feitas de maneira a corresponder as aplicações específicas da lei de troca. Ao nosso caso da América Latina cabe refletir sobre o segundo caso, em que as transações entre nações, são feitas de forma a pagar-se um valor superior às manufaturas, isso devido à nação desfavorecida não produzir e ou produzir com grande dificuldade tal manufatura. Assim se estabelece a troca desigual entre as nações industriais e a América Latina.

O que podemos observar é que para compensar a perda de valor nas transações com as economias capitalistas os países latino-americanos acabam por compensar esta perda através da maior exploração do trabalhador. Portanto as nações favorecidas ganham duas vezes com esta troca. Primeiro porque vendem

manufaturas a preços maiores que o devido e, segundo, porque as nações desfavorecidas para compensar esta perda no intercâmbio passam a exigir mais do trabalhador, ou seja, uma maior produção para ter-se mais a exportação e compensar o valor perdido na última transação. Aprofundaremos como se dá a exploração no próximo capítulo.

3.3 A exploração do trabalhador

Falamos anteriormente que a forma que a América Latina encontrou para compensar a troca desigual com as nações capitalistas industriais foi através da exploração da força de trabalho. Mas não somente isso configura uma economia dependente e contraditória nos países latino-americanos. O que de fato ocorreu foi um aumento da mais-valia, ou seja, aumento da exploração do trabalhador e não da sua capacidade produtiva. Tanto no aumento de sua jornada de trabalho quanto na intensificação da mesma, para captação da mais-valia absoluta – ocorre quando se aumenta a jornada de trabalho – e mais-valia relativa, quando se intensifica a produtividade dentro de uma jornada de trabalho específica. Mas há ainda um adendo, além da intensificação e prolongação da jornada de trabalho, o consumo do trabalhador era reduzido, permitindo assim usar o horário excedente deste trabalhador na produção e acumulação do capital.

Não é o fato de identificarmos mecanismos de apropriação do trabalho excedente dentro da economia latino-americana, que pode se dizer que existe de fato um sistema de produção capitalista na economia exportadora. Bem como não é a troca desigual que faz com que existam estes mecanismos dentro da América Latina como assinala Marini, “O efeito da troca desigual é – à medida que coloca obstáculos a sua plena satisfação – o de exacerbar esse afã por lucro e aguçar, portanto os métodos de extração de trabalho excedente” (Marini, 1973).

Os mecanismos aqui identificados acima configuram a superexploração do trabalho, que significa pagamento da folha de trabalho abaixo do seu valor na combinação da mais-valia relativa com a mais-valia absoluta, e não o desenvolvimento da sua capacidade produtiva. Essa situação condiz com o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas da América Latina. Na indústria extrativa e na agricultura, o capital constante, que equivale ao empenhado nos meios de produção, tem seu valor de aplicação bem baixo, pois são atividades que

dependem única e exclusivamente da natureza e de capital variável, ou seja, mão-de-obra quanto ao aumento da produção. O uso intensivo e extensivo da força de trabalho permite baixar a composição-valor do capital, que por sua vez aliado a intensificação do grau de exploração se elevem as taxas de mais-valia e de lucro.

Na América Latina, foram nas zonas de produção para exportação que se iniciou o trabalho assalariado, no entanto foi no Brasil que se iniciou um sistema misto de servidão e trabalho assalariado que possibilitou uma via para a América Latina chegar ao capitalismo. Mas foi o trabalho escravo o que mais se aproxima do capitalismo, pois o escravo compunha o valor do capital aplicado. Como assinala Marini, “No caso do escravo, o salário mínimo aparece como uma magnitude constante, independente de seu trabalho” (Marini, 1973). Contudo a perda de um escravo significa para o escravista ter que repor esta mão-de-obra, mediante um novo investimento. Por isso no sistema escravagista pode se observar uma superexploração da força de trabalho, para compensar os gastos que os escravistas têm com seus escravos. No entanto isto só é possível se o escravista tiver facilidade em repor a força de trabalho perdida devido à superexploração.

Uma questão a qual devemos ter atenção é que o capitalismo difere da forma de produção mercantil, pois o que interessa ao capitalismo não é o tempo total de existência do trabalhador e sim o tempo de sua vida que pode ser usado para produção. É próprio de o capitalismo criar sua maneira de agir, ou seja, criar forma de circulação e produção – determinando as maneiras como devem ser seguidas nos processos internos e ampliadas para o exterior, como assinala Marini.

[...] dá circulação a produção, da vinculação ao mercado mundial ao impacto que isso acarreta sobre a organização interna do trabalho, para voltar então a recolocar o problema da circulação. Porque é próprio do capital criar seu próprio modo de circulação, e/ou disso depende a reprodução ampliada em escala mundial do modo de produção capitalista: (Marini, 1973).

3.4 A circulação do capital na América Latina

A produção na América Latina desenvolveu-se de acordo com os modos de produção capitalista, que, por sua vez, determinavam seu caráter e sua expansão. Esta reprodução do modo de produção capitalista trouxe à América Latina uma profunda contradição, pois não foi estabelecida com base na capacidade produtiva do

trabalho, mas através de uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador. Conforme acentua Marini, “E nessa contradição que se radica a essência da dependência latino-americana”. (Marini, 1973)

A dependência latino-americana está fundada no fato de que a produção não necessita do mercado interno para sua circulação, ou seja, não depende dos consumidores latino-americanos para sua realização. Neste ponto podemos constatar a grande diferença para a produção capitalista em geral, pois a produção não depende da circulação como se observa nos países centrais em que os operários ao mesmo tempo em que produzem são na verdade boa parte da demanda para a circulação desta produção.

Conforme mencionado anteriormente, na economia capitalista a acumulação de capital se dá na produtividade do trabalho. O operário desempenha um duplo caráter de produtor e consumidor e nesta perspectiva, como assinala Marini. “O consumo individual dos trabalhadores representa, portanto, um elemento decisivo na criação de demanda para mercadorias produzidas, sendo uma das condições para que o fluxo da produção se resolva adequadamente no fluxo da circulação” (Marini, 1973). Na economia exportadora latino-americana, a situação se configura de outra maneira, pois a circulação se separa da produção que por sua vez se desenvolve no mercado externo, isso quer dizer que a circulação não depende do mercado interno. Sendo assim o consumo do trabalhador não interfere na produção, muito menos na taxa de mais-valia, como dito antes se faz através da maior exploração do trabalhador.

Esta exploração dá-se devido à oferta de mão de obra elástica tanto na América Central com as reservas de mão de obra indígena quanto à imigração europeia para a América do Sul provocada pelo progresso tecnológico, que puderam assim comprimir o consumo individual e para uma superexploração do trabalho. Portanto através do sacrifício do consumo individual dos trabalhadores, a única saída para a produção foi o mercado mundial. Ao mesmo tempo, com o lucro que tira o capitalista, desperta-o para o consumo, sem prejudicar a produção interna que tem origem o mercado mundial, que é atendida através da importação. Esta importação faz nascer uma estratificação social, pois o consumo assalariado é baseado na economia interna, enquanto que o consumo da mais-valia não acumulada é satisfeita através da importação.

Esta separação entre duas esferas de circulação – a dos trabalhadores e a dos capitalistas - faz-se encobrir através do intercambio de matérias primas e alimentos, por produtos manufaturados. São estas relações que ditaram a forma como os países latino-americanos entraram numa fase de desenvolvimento industrial, pela via da exportação. Que tende a maior exploração do trabalhador para manter a circulação da produção.

3.5 Os efeitos da industrialização na América Latina

O processo de industrialização na América latina deu-se em função da substituição da importação, a economia exportadora que começou a se estabelecer de fato nunca chegou a uma verdadeira economia industrial, que pudesse trazer uma mudança qualitativa no desenvolvimento dos países. A verdade é que muitos países latino-americanos nunca chegaram a um processo de desenvolver uma economia industrial. A explicação para a dependência está na questão da indústria continuar sendo subordinada a exportação de bens primários. Somente com a crise da economia capitalista internacional nas décadas de 20 a 30, que a acumulação deixa de ser para o mercado externo e começam a desenvolver a atual indústria que é voltada para o mercado interno.

Este movimento de mudança na esfera de acumulação desencadeou um mecanismo, em que a esfera alta da circulação que se comunicava com o exterior, se voltou para a produção interna. Neste momento, em que ambas as esferas baixa e alta, nota-se que a economia exportadora dependente enfim caminhava para as mesmas características da economia industrial clássica. Foi então que se imaginou que os problemas da região seriam resolvidos se acelerassem a industrialização e tais questões sociais desapareceriam. No entanto, um mecanismo, distinto da economia industrial clássica, se volta para o mercado interno e tem características diferentes para a economia dependente.

Na economia clássica a acumulação dá-se pela produtividade do trabalho, o operário pode comprar para si os bens necessários à subsistência, e esta indústria está empenhada em produzir os bens de consumo manufaturas. Diferentemente na América Latina a acumulação dá-se pela superexploração do trabalho e não pela capacidade produtiva, a extensiva e intensificada jornada de trabalho, juntamente com a baixa de salários - graças à oferta de mão-de-obra elástica vinda da economia

exportadora, surgiu na circulação interna um consumo de produtos necessários a sobrevivência e a produção de bens supérfluos ficaram para a esfera alta de circulação que gozava da mais-valia não acumulada. A maior capacidade produtiva levava os capitalistas a tornar os bens supérfluos em bens de consumo comum, assim os operários que por sua vez precisavam comprar basicamente tudo, poderiam ter acesso a estes bens na economia clássica. Na economia dependente as coisas funcionavam diferentemente, como assinala Marini.

Partindo então do modo de circulação que caracterizara a economia exportadora, a economia industrial dependente reproduz, de forma específica, a acumulação de capital baseada na superexploração do trabalhador. Em consequência, reproduz também o modo de circulação que corresponde a esse tipo de acumulação, ainda que de maneira modificada: já não é a dissociação entre a produção e a circulação de mercadorias em função do mercado mundial o que opera, mas a separação entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação no interior mesmo da economia, separação que, ao não ser contraposta pelos fatores que atuam na economia capitalista clássica, adquire um caráter muito mais radical. (Marini, 1973)

Portanto a produção latino-americana é independente do salário dos trabalhadores, pois em primeiro caso estes não compram por que não podem manufaturas e desta forma ela não determina os salários dos trabalhadores e segundo porque não será o aumento da oferta de manufaturas que incidirá na redução do poder de compra dos trabalhadores, pois estes não podem obter as manufaturas. Sendo assim a mais-valia não esta baseada na capacidade produtiva do trabalho e sim na intensiva e extensiva exploração do trabalhador. A oferta industrial em geral cresce conforme a demanda, a transição de uma maior exploração do trabalho para maior capacidade produtiva daria, caso houvesse um aumento do consumo das camadas médias pela mais-valia não acumulada e também se permitisse ao operário mudar seu consumo individual e que neste incluísse as manufaturas. Contudo esta transição é demorada e leva-nos a outro mecanismo, o recurso tecnológico, que nos levará uma maior capacidade produtiva.

O progresso tecnológico inserido na economia industrial latino-americana atuou mais como um mecanismo de tentar reproduzir aqui o que se passou nas economias centrais, no entanto com um caráter de dependência levou a uma maior exploração do trabalhador, além da segregação social que este possibilitou acontecer. Com a necessidade de desenvolver um setor industrial, aceitou receber os investimentos necessários para comprar os equipamentos e maquinário que

pudessem alavancar seu desenvolvimento, com tudo estava amarrado sobre os financiamentos que geraram grandes taxas de juros e lucro aos países centrais, na sua redefinição da divisão internacional do trabalho. A exploração da mão de obra juntamente com a desvalorização da mesma levou a uma economia dependente em que teve um setor desenvolvido que era a exportação em contrapartida da estrutura que se encontrava ainda no modo pré-capitalista de produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito de estudar os conceitos de subdesenvolvimento e desenvolvimento, com foco na América Latina foi alcançado a partir do estudo de três autores, que possibilitou compreender como se formaram e evoluíram as estruturas subdesenvolvidas na região. Podemos observar que cada um dos autores tem conceitos ou uma visão própria do fenômeno, exceto claro por Rostow, que descreve as etapas do desenvolvimento olhando basicamente para a Europa. Quanto a Furtado

e Marini, estes trataram de analisar o processo de desenvolvimento e subdesenvolvimento na América Latina, especificamente como se deu este processo.

W. W. Rostow realiza sua análise acerca de como se formou o processo de desenvolvimento, olhando a evolução do capitalismo e a transformação de uma sociedade tradicional para uma sociedade moderna. Os estados europeus, especialmente a Inglaterra, constituem o ponto de partida de seus estudos. O autor tem por finalidade mostrar quais foram os passos dados para se alcançar o desenvolvimento; e desta forma formulou um processo de vai desde o rompimento com a sociedade tradicional, passando pelas condições para o arranco, e em fim o arranco. O autor busca esclarecer como se formou o processo de desenvolvimento e como os outros países que ainda não haviam iniciado o processo de desenvolvimento deveriam fazer para chegar a ser um país desenvolvido.

Furtado, numa análise do desenvolvimento, logrou esclarecer como este processo havia ocorrido na Europa e posteriormente na América Latina. No entanto, esta análise busca mostrar as ações e motivos necessários que levaram a se configurar o subdesenvolvimento da periferia como produto do desenvolvimento europeu. Mais que uma análise e construção de uma teoria, o autor acentua como os países subdesenvolvidos chegaram a este status, devido à situação estrutural que se estabeleceu na América Latina. A coexistência de duas economias, uma arcaica e outra capitalista, em nada modificava as estruturas subdesenvolvidas e mais que isso ajudava na dependência destes países. Uma economia híbrida com um setor exportador moderno e que não expandia a modernidade e tecnologia para os demais setores, pois estava desempenhando um papel como economia fornecedora de recursos naturais e agropecuários, que caracterizou a 3ª fase do desenvolvimento europeu, com a expansão para além e suas fronteiras. O autor contribuiu com a discussão do subdesenvolvimento como sendo parte de um processo histórico do desenvolvimento, bem como produto dele, não o considera uma fase a ser superada para chegar ao desenvolvimento capitalista.

Na visão de Marini, a América Latina é inserida na economia mundial como um continente dependente do modo de produção capitalista que tinha seu centro na Europa. O autor busca analisar pelo viés marxista que a inserção subordinada provoca o intercâmbio desigual entre as economias subdesenvolvidas e os países centrais,

engendrando a superexploração do trabalho nessas economias. Assim, a superexploração do trabalho seria o âmago da dependência. Em nosso entendimento, a maior contribuição do autor com sua obra foi ter percebido que a superexploração do trabalho seria a forma de garantir aos empresários a lucratividade e aumento da taxa de mais-valia, pois com a oferta de força de trabalho elástica seria possível baixar os salários para reduzir os custos, contudo isso não se traduzia numa maior produtividade. Este mecanismo traduzia sempre em intensiva e extensiva jornada de trabalho; e assim a América Latina se inseriu na Divisão Internacional do Trabalho, tendo um papel de fomentadora de recursos naturais e alimentos. O capitalismo que aqui se configurou era, segundo Marini, um capitalismo *sui generis*, ou seja, era um capitalismo único e específico, diferente do europeu.

Das três teorias examinadas, a primeira delas descrita por Rostow é um modelo de desenvolvimento que não poderia ser aplicado aos países subdesenvolvidos, uma vez que estes não tinham as mesmas condições que os países europeus que protagonizaram o desenvolvimento capitalista. A crítica de Furtado sobre este modelo é exatamente o ponto chave de sua discussão, pois, sem antes compreender o que de fato se configurou na América Latina, não seria possível recriar as mesmas etapas de desenvolvimento expostas por Rostow. Segundo Furtado, devemos analisar a heterogeneidade estrutural, ou seja, há que existir um outro modelo de desenvolvimento que atenda às necessidades latino-americanas, uma outra forma de desenvolvimento. Para Marini, a forma como se deu esta relação não permitiria a América Latina outra situação que esta de dependência, pois foi através da superexploração dos recursos naturais e da força de trabalho da América Latina que os países capitalistas puderam prosseguir com seu progresso tecnológico, e mais ainda desenvolver setores da economia.

REFERÊNCIAS

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009. 234p.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Rio de Janeiro: Biblioteca Marxists Internet Archive, 1990. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marini/1973/mes/dialetica.htm>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

ROSTOW, Walt Whitman. **Etapas do desenvolvimento econômico**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1971. 198p.